

PROGRAMA NOVOS RUMOS

Relatório de Atividades do ano de 2014

Este relatório descreve os resultados alcançados em relação às principais iniciativas implementadas no decorrer do ano de 2014 pelo Programa Novos Rumos que, em sinergia com magistrados das diversas Comarcas do Estado, Corregedoria de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Estado de Defesa Social e outras instituições, buscaram ações práticas e concretas em busca da efetividade da Justiça Criminal no Estado de Minas Gerais.

Dessa forma, empreendeu-se um grande esforço em torno das seguintes ações:

1 – APAC

Até dezembro estavam em funcionamento trinta e seis APACs no Estado de Minas Gerais. A média anual de ocupação em 2014 foi de 2.133 recuperandos. Dados apurados, em dezembro de 2014, mostram que 2.256 recuperandos cumpriam pena nas trinta e três APACs, o que representa 87,68% de ocupação das vagas disponíveis nas mesmas.

Com o objetivo de permitir novas unidades e a expansão da metodologia foram realizadas Audiências Públicas em 2014: Ervália (14/02/2014), Divinópolis (29/09/2014) e Juiz de Fora (1º/12/2014). Foram inaugurados dois Centros de Reintegração Social em 2014, nas Comarcas Rio Piracicaba, em 28.05.2014 e Patrocínio, em 16.06.2014.

Ações realizadas com vistas à disseminação do método diferenciado de execução de pena aplicado pelas Associações de Proteção aos Condenados – APACs:

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2014	Quantidades	Participantes
Curso de Capacitação para Funcionários das APACs	03	207
Curso de Liderança para Recuperandos - Módulo I	01	85
Curso de Liderança para Recuperandos - Módulo II	01	85
Curso para Administradores das APACs	01	85
Total	08	462

Em parceria com o Instituto Minas Pela Paz e a Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados - FBAC, o Programa Novos Rumos deu continuidade às ações do Programa Regresso, com objetivo de inserção profissional e capacitação de recuperandos. Em 2014, 86 egressos e apenados foram contratados e cerca de 400 alunos foram capacitados pelo SESI e SENAI. Desde 2009, a parceria com o Programa Regresso possibilitou a inserção profissional de 870 egressos e apenados, além da formação profissional de mais de 3.700 recuperandos nas APACs.

Em parceria com a Fundação AVSI, o Instituto Minas Paz, e a FBAC, em 2014 o Projeto Além dos Muros, capacitou 75 funcionários em gestão de negócios, 200 recuperandos nas APACs e a criou um software para acompanhamento de indicadores das APACs.

Foi realizada a V Campanha Natal Especial nas APACs, uma iniciativa do Programa Novos Rumos em parceria com os diretores de Foros das comarcas e com o Grupo Servidor Solidário, que possibilita o apadrinhamento dos filhos de recuperandos das APACs (0 a 12 anos), com a distribuição de presentes, brinquedos, roupas, durante uma confraternização

local, com a participação da família forense, comunidade, recuperandos e seus familiares. Houve participação de todas as APACs e **1.460 crianças** receberam presentes de Natal.

PANORAMA DAS APACs NO ESTADO DE MINAS GERAIS - 2014		
Instaladas com Centros de Reintegração Social - CRS em funcionamento	36	Vagas existentes: 2.607
Conveniadas com a SEDS para construção de CRS em 2014	07	Novas Vagas: 800 (previstas) Alfenas (120 vagas), Itabirito (80 vagas), Manhumirim (80 vagas), Montes Claros (120 vagas), Tupaciguara (80 vagas), Uberlândia (200 vagas) e Barbacena (120 vagas)
TOTAL	103	3.407

2 – PAI-PJ

O PAI-PJ interveio em mais de 2.500 processos criminais, durante todo o ano de 2014, sendo que 1.375 indivíduos, estão sendo acompanhados pela metodologia de atenção integral através dos sete núcleos instalados: Núcleo Regional de Belo Horizonte (241 casos), Catu (40 casos), Núcleo Regional de Barbacena (31 casos), Núcleo Regional de Itaúna (22 casos), Núcleo Regional de Divinópolis (20 casos), Núcleo regional de Teófilo Otoni (58 casos), Núcleo Regional de Ipatinga (81 casos) e Núcleo Regional de Governador Valadares (47 casos). Além destes, o Núcleo Supervisor, com os articuladores de rede, acompanha 776 pacientes judiciários do Estado, com medida de segurança aplicada, onde não há Núcleo Regional instalado. O Programa Novos Rumos, visando ampliar núcleos regionais do PAI-PJ, em Minas Gerais, para aplicar a metodologia de atenção integral ao paciente judiciário, está envolvido em pesquisas e articulações com os gestores municipais para estabelecer as parcerias e convênios necessários à sua expansão.

O PROJETO SELEX é um projeto fruto da parceria do PAI-PJ e da UFMG que propõe convivência entre adolescentes acompanhados pelo Catu/PAI-PJ e estudantes da UFMG. Através das atividades propostas em oficinas busca-se misturar o saber dos jovens a elementos de cunho científico para a produção de um objeto. Essa experiência tem produzido diversos efeitos, dentre eles, a possibilidade do jovem se apropriar de suas habilidades, auxiliando-o no estabelecimento de novos laços sociais. O SELEX acontece no campus da UFMG, com apoio da Pró-Reitoria de Extensão e da empresa privada ENACOM. Em 2014, aconteceram duas edições do SELEX, com a presença de 16 jovens, a cada semestre, além de estudantes das Engenharias, Belas Artes, Terapia Ocupacional, Psicologia, Serviço Social, Direito, Museologia, agentes de segurança e estagiários do PAI-PJ / TJMG.

A Revista Responsabilidades - Revista Interdisciplinar do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário do TJMG - é uma parceria do PAI-PJ com a CODIT/GEJUR da EJEJF (Coordenação de Publicação e Divulgação de Informação Técnica) e durante o ano de 2014 publicou dois volumes, com artigos de autores mineiros, nacionais e internacionais:

- "O silêncio sepulcral da imputabilidade", com 8 artigos;
- "Entre loucura e justiça: um real impossível de saber", com 10 artigos

A parceira do PAI-PJ com a Residência de Psiquiatria e Multiprofissional da Prefeitura Municipal de BH contou, durante 2 meses, com 4 residentes de psiquiatria e 5 profissionais de

saúde mental, além do preceptor. Eles realizaram perícias de cessação e relatórios para subsidiar a autoridade judicial. Durante o estágio dos residentes foram realizadas entrevistas com os pacientes, familiares e equipe da rede de saúde mental, visita ao manicômio judiciário, discussão clínica com a coordenação do PAI-PJ e equipe técnica para orientação da elaboração dos laudos e relatórios. Além de participarem de 3 oficinas de formação teórica e de reuniões com os técnicos de referência de cada caso da equipe do PAI-PJ. Essa experiência se desdobrou na proposta de estágio ao longo do ano, e, a cada três meses, a partir de 2015, serão recebidos grupos de 3 a 5 estagiários (médicos e não médicos) que passarão pelo mesmo processo e realizarão perícias e/ou avaliações dos casos indicados para perícia de cessação de periculosidade.

Participação de servidora do PAI-PJ, como conselheira titular no CONAD: Conselho Nacional de Políticas sobre Álcool e outras Drogas, representando a sociedade civil. O conselho é a instância deliberativa e consultiva da política nacional sobre álcool e outras drogas e se reúne trimestralmente, ordinariamente e extraordinariamente, sempre que há alguma pauta urgente. O CONAD integra o SISNAD - Sistema Nacional de Políticas, que por sua vez, é coordenado pela SENAD -Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do MJ.

O PAI-PJ por ser considerado pelo Ministério da Justiça e Ministério da Saúde como referência nacional para a política de atenção ao paciente judiciário, portador de sofrimento mental infrator, durante o ano de 2014, convidou diversos de seus servidores a participar como expositores em conferências, debates, seminários, capacitação e consultorias nos Estados do Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraíba, Paraná, Goiás, Pará e Distrito Federal, além de discussões nas faculdades instaladas em Belo Horizonte: Direito, Psicologia e Serviço Social e junto as redes de saúde de diversas comarcas do Estado de Minas Gerais.

3 – COOPERAÇÃO JUDICIAL

A Cooperação Judicial, realizada através do grupo de cooperação judicial, composto pelos mesmos juízes que se dedicam aos mutirões de júris, visando à prolação de sentenças nos feitos de natureza criminal, alcançou, de forma eficiente, muitas Comarcas que, por situações diversas, acumulavam um excessivo número de feitos, prestando, assim, fundamental apoio às comarcas alcançados pela ação.

Os resultados alcançados no período constam do quadro abaixo:

COOPERAÇÃO JUDICIAL SENTENÇAS PROFERIDAS				
ANO DE 2014	Comarcas	Quantidades	Comarcas	Quantidades
	Miraí	74	Peçanha – Júris	37
	Paraisópolis	37	Coronel Fabriciano	285
	Coração de Jesus	24	Frutal (14 júris)	124
	Ouro Branco	134	Matozinhos (8 júris)	76
	Pirapora	194	Pedralva	22
	Ipanema	24	Inhapim	166
	Inhapim	166	Manga	153
	Passos	14	Itajubá	159
	Uberaba (15 júris)	16	Iturama	156
	Belo Horizonte – Júris	182	Santa Luzia – Júris	7
	Abre Campo – Júris	9	Vespasiano – Júris	6
	Muriaé – Júris	16	Uberlândia – Júris	67
	Contagem – Júris	56	Rib. das Neves - Júris	6
	Medina – Júris	22	Brumadinho	1
	Paracatu – Júris	14	-	-
	TOTAL			2247

4 – MUTIRÕES DE JÚRIS

No período em questão foram realizados mutirões de júri em 14 (quatorze) Comarcas: Belo Horizonte, Abre Campo, Muriaé, Peçanha, Matozinhos, Santa Luzia, Vespasiano, Frutal, Uberaba, Uberlândia, Contagem, Medina, Paracatu e Ribeirão das Neves, tendo sido efetivamente realizadas 450 sessões de julgamento das 503 pautadas, com aproveitamento de 89%.

As ações desenvolvidas em 2014 – referentes aos mutirões de júris, coordenados pelo Programa Novos Rumos/TJMG, realizaram-se conforme quadro demonstrativo abaixo:

PROGRAMA NOVOS RUMOS - MUTIRÕES DE JÚRIS RESULTADOS POR COMARCA (JAN a DEZ/2014)				
NO ANO DE 2014:	PREVISTOS	REALIZADOS	NÃO REALIZADOS	APROVEITAMENTO
Belo Horizonte (17 a 28/02/2014)	40	32	8	80%
Abre Campo (10 a 14/03/2014)	10	09	1	90%
Muriaé (17 a 28/03/2014)	20	16	4	80%
Peçanha (17 a 28/03/2014)	20	13	7	65%
Belo Horizonte (22/04 a 30/05/14)	81	74	7	91%
Matozinhos (02 a 11/06/2014)	08	08	0	100%
Santa Luzia (02 a 11/06/2014)	08	07	01	88%
Vespasiano (02 a 11/06/2014)	08	06	02	75%
Frutal (14/07 a 1º/08/2014)	14	14	0	100%
Uberaba (14/07 a 1º/08/2014)	15	15	0	100%
Uberlândia (04 a 27/08/2014)	67	67	0	100%
Belo Horizonte(18 a 27/08/2014)	08	08	0	100%
Contagem (01 a 26/09/2014)	51	47	04	92%
Medina (15 a 26/09/2014)	22	22	0	100%
Belo Horizonte (1º a 30/10/2014)	60	49	11	81%
Peçanha (13 a 24/10/2014)	16	16	0	100%
Belo Horizonte (03 a 28/11/2014)	20	18	02	90%
Paracatu (10 a 14/11/2014)	15	14	01	93%
Contagem (17 a 28/11/2014)	10	09	01	90%
Ribeirão das Neves (17 a 28/11/2014)	10	06	04	60%
TOTAL	503	450	53	89%

O Mutirão de Júris, sob a coordenação do Programa Novos Rumos, teve início no ano de 2012 e objetiva auxiliar as varas e comarcas na realização de julgamentos, atendendo, ainda, a Meta 4 do Conselho Nacional de Justiça, que prioriza os julgamentos pelo Tribunal do Júri de processos cujas denúncias tenham sido recebidas em data anterior a 31 de dezembro de 2009.

Para tanto, o TJMG vem realizando um esforço conjunto com o Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Estado de Defesa Social, Poder Público Municipal e Faculdades de Direito (públicas e privadas), visando à realização de sessões de júri, em caráter extraordinário, utilizando espaços alternativos aos plenários de julgamento dos

Fóruns, geralmente salas de aula das Faculdades de Direito, auditórios das Câmaras de Vereadores e outras dependências do próprio TJMG, sempre visando evitar interrupções na pauta ordinária das varas e comarcas que recebem a cooperação.

Os mutirões foram implementados numa tentativa de evitar que processos se arrastem por anos, frustrando assim a efetividade da prestação jurisdicional, incluindo em pauta processos antigos, na sua maioria de réus soltos, que permanecem preteridos da pauta em função da inclusão de processos prioritários, os de réus preso. Coordenados pelo Programa Novos Rumos atingiram, do início de suas atividades até o final do segundo semestre de 2014, a marca de 1.236 sessões extraordinárias de julgamento efetivamente realizadas.

5 – MUTIRÕES CARCERÁRIOS

O “Mutirão Carcerário”, ação do Grupo de Fiscalização do Sistema Carcerário, de Medidas Socioeducativas e de Medidas de Segurança - GMF/MG, concentrou suas ações nas comarcas da região metropolitana que concentram 80% dos presos do Estado – Igarapé, Ribeirão das Neves –, além de atuar nas comarcas de Santa Luzia, onde há aproximadamente 170 presos na APACs e em Juiz de Fora, que possui cerca de 2.000 presos.

O trabalho desenvolvido em Igarapé e Ribeirão das Neves, realizado em parceria com a SEDS, a Defensoria Pública e o Ministério Público, objetivou possibilitar a liberação de vagas no sistema prisional, permitindo a “oxigenação” do sistema, que está superlotado e com deficit de 25.000 vagas. Em Juiz de Fora, objetivou a reorganização da VEP e em Santa Luzia, a continuidade e consolidação da APAC local. No quadro abaixo, os números da ação:

MUTIRÕES CARCERÁRIOS – COOPERAÇÃO EM EXECUÇÕES PENAIS							
Decisões Proferidas em 2014							
Comarcas	Período	Progressão de Regime	Livramento Condicional	Extinção da Execução	Sem benefícios	Audiências de Justificação	TOTAL
Igarapé	Janeiro a março/14	51	11	26	232	210	530
Ribeirão das Neves	-	-	-	-	-	20	20
Santa Luzia (APAC)	Janeiro a junho/14	52	03	-	263	02	320
Igarapé	Abril a junho/14	35	08	03	341	-	387
Santa Luzia (APAC)	Julho/14	02	-	-	31	-	33
Igarapé	Julho/14	59	26	08	485	16	594
Santa Luzia (APAC)	Agosto/14	10	04	-	15	-	29
Igarapé	Agosto/14	33	03	02	351	15	404
Santa Luzia (APAC)	Setembro/14	06	-	-	18	03	27
Igarapé	Setembro/14	26	01	02	214	10	253
Juiz de Fora	Setembro/14	-	-	-	369	-	369
Igarapé	Outubro/14	14	-	02	324	10	350
Juiz de	Outubro/14	-	-	-	84	-	84

MUTIRÕES CARCERÁRIOS – COOPERAÇÃO EM EXECUÇÕES PENAIS
Decisões Proferidas em 2014

Comarcas	Período	Progressão de Regime	Livramento Condicional	Extinção da Execução	Sem benefícios	Audiências de Justificação	TOTAL
Fora							
Santa Luzia (APAC)	Outubro/14	08	-	-	33	02	43
Igarapé	Novembro/14	54	-	06	386	33	479
Juiz de Fora	Novembro/14	-	-	-	36	-	36
Santa Luzia (APAC)	Novembro/14	07	01	-	133	-	141
Igarapé	Dezembro/14	10	0	1	88	4	103
TOTAL		357	57	49	3315	321	4099

OBS:

- 1) Comarca de Juiz de Fora set/2014 (*829 processos baixados)
- 2) Em fevereiro/2014 foi realizado na Comarca de Ribeirão das Neves, o Mutirão Regional do CNJ, sob a coordenação local do PNR, oportunidade em que foram analisados 5.605 feitos, sendo concedidos 1.130 benefícios.
- 3) Comarca de Ribeirão das Neves: Mutirão de Audiências de Justificação – Foram analisados 390 Processos.

6 – AÇÕES AGREGADAS E AFINS ÀS ATIVIDADES DO PROGRAMA NOVOS RUMOS (ART. 14, II, DA RESOLUÇÃO Nº 633/2010):

Criação da “**Central de Cadastramento de Guias**”, em parceria com a SEDS. Objetiva enfrentar problema histórico de acúmulo de cadastro de guias em comarcas com elevado número de presos, que gerava atraso no conhecimento de benefícios e emperramento do sistema prisional. Consiste numa equipe formada por cinco servidores da SEDS, coordenados pelo Programa Novos Rumos, os quais foram capacitados e treinados no cadastro de guias de execução, realizando, de forma técnica e padronizada, cálculo de penas, análise de benefícios, uniformização de cadastro de nomes e autuação padronizada, além de disseminar o treinamento de servidores de VEPs do Estado. Desde sua criação em 2014, a Central alcançou média semanal de 845 guias cadastradas.

Com representação nos **Conselhos Estadual e Municipal de Políticas sobre Drogas**, o Programa Novos Rumos está desenvolvendo, em parceria com esses órgãos, um fluxo de encaminhamento de internações compulsórias na Primeira Instância, a ser submetida ao Poder Judiciário, através da Corregedoria Geral de Justiça, com o objetivo de sanar os conflitos e problemas de gestão que essa nova demanda tem gerado nas Redes de Assistência à Saúde Estadual e Municipal.

Demandado, ainda, pela Secretaria de Estado de Defesa Social, o Programa Novos Rumos está elaborando, mediante discussões com vários setores da Justiça Criminal de Primeira Instância, em parceria com a Unidade Gestora de Monitoração Eletrônica (UGME), normatização estadual para a **monitoração eletrônica de presos na execução penal, na aplicação de medidas cautelares da Lei Maria da Penha e nas medidas cautelares da Justiça Criminal comum.**

O **Grupo de Cooperação Permanente**, instituído pela Portaria-Conjunta 001/2013, reúne na sede do Programa, mensalmente, representantes do Poder Judiciário, da Defensoria Pública, do Ministério Público, da Corregedoria Geral de Justiça, da Defesa Social, Polícias Civil e Militar, Advocacia Geral do Estado e FBAC, com o objetivo de discutir problemas e propor soluções e políticas públicas na área da Justiça Criminal.

O **Comitê de Juízes de Execução Penal da Região Metropolitana**, que também se reúne mensalmente na sede do Programa, por sua vez, debate, sugere e propõe soluções para problemas da execução penal no Estado.

O **monitoramento de liberação de vagas de internação e semiliberdade para adolescentes em conflito com a lei**, em parceria com a Coordenadoria da Infância e Juventude, é realizado mediante interlocução diária com a Subsecretaria de Medidas Socioeducativas da SEDS.